



Regime Próprio dos Servidores Públicos

Ementa:

O Regime Próprio no Sistema Previdenciário brasileiro. Critérios para aposentadoria com base na emenda nº 20/98. Custeio do Regime Próprio. Questões atuariais. Custo e cálculo no Regime Próprio. Contagem recíproca e requisitos para a compensação financeira entre regimes. Regime de Previdência Complementar do Servidor Público. Comentários à lei geral dos Regimes Próprios da Previdência Social – lei nº 9.717/98. Análise e efeitos da lei nº 9.796/99. Desaposentação e Reversão. Penalidades administrativas. Processo previdenciário. Doutrina e Jurisprudência no Regime Próprio. Comentários à lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e os Regimes Próprios da Previdência Social. Análise do Regime Próprio após a edição da lei nº 12.618/12.

Objetivos:

A disciplina objetiva permitir ao aluno conhecer com profundidade o regime próprio dos servidores públicos.

Conteúdo Programático:

O Regime Próprio no Sistema Previdenciário brasileiro. Principais legislações que regulam o Regime Próprio na atualidade. Segurados obrigatórios e facultativos do Regime Próprio brasileiro. Conceito de segurado, dependente, beneficiário e contribuinte do Regime Próprio. Filiação e inscrição do segurado. Os critérios para aposentadoria com base na emenda nº 20/98. Custeio do Regime Próprio e as questões atuariais. Custo e cálculo no Regime Próprio. Financiamento do Regime Próprio. Benefícios previdenciários do Regime Próprio. Contagem recíproca e requisitos para a compensação financeira entre regimes. Análise e efeitos da lei nº 9.796/99. Desaposentação e Reversão. As penalidades administrativas e seus efeitos. Aspectos relevantes da doutrina previdenciária. Processo previdenciário. Principais aspectos jurisprudenciais acerca do Regime Próprio. Análise e principais consequências ocorridas no Regime Próprio após a edição da lei nº 12.618/12. Regime de Previdência Complementar do Servidor Público. Comentários à lei geral dos Regimes Próprios da Previdência Social – lei nº 9.717/98. Comentários à lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e os Regimes Próprios da Previdência Social. Novos paradigmas previdenciários.

